

Patricia Chame Dias

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA),  
pesquisadora associada ao grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação (UFBA),  
integrante da Rede Cidades Médias e Pequenas da Bahia (Rede CMP),  
servidora pública da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN)  
patricia.dias@seplan.ba.gov.br

---

# Um percurso para operacionalização da categoria classe social numa pesquisa em Geografia

## Resumo

Com base na compreensão marxista do capitalismo e pressupondo a correlação entre a posição na estrutura social e as possibilidades de uso e de apropriação do espaço, desenvolvi uma tese de doutorado na qual, entre outros aspectos, propus critérios para operacionalizar a categoria classe social. Este texto resulta de uma reavaliação desse trabalho, objetivando, portanto, refletir sobre tais critérios, a partir de uma experiência de pesquisa em Geografia. Para isso, apresento uma síntese do percurso teórico que resultou nos procedimentos adotados, exponho tais procedimentos, e avalio a adoção de critérios relativos à ocupação e à trajetória dos sujeitos para compreender sua classe. Essa discussão é feita, sobretudo, a partir dos achados de campo e da vinculação entre teoria e prática. Assinalo ainda a possibilidade de considerar suas interpretações do mundo e de suas práticas como elemento indicativo de sua posição na estrutura social.

**Palavras-chave:** Classe social, Estrutura social, Pesquisa de campo.

## **Abstract**

### A COURSE TO THE SOCIAL CLASS CATEGORY OPERATIONALIZATION IN A GEOGRAPHY RESEARCH

Based on Marxist understanding regarding capitalism and supposing that one's position on the social structure influences their possibilities of space usage and appropriation, I have developed a doctorate thesis in which, among other aspects, I have proposed some criteria to operationalize the social class category. This text is a result of this paper's reevaluation, therefore intend to reflect on such criteria, based on a Geography research experience. To achieve that, I present a synthesis of the theoretical course which led to the adopted procedures, expose such procedures, and analyze adopting criteria related to one's occupation as well as their trajectory in order to understand their class. This discussion is made mainly based on the field findings and the linking between theory and practice. I also mark the possibility of taking their world interpretations and their practices in consideration as an element that indicates their position on the social structure.

**Key-words:** Social class, Social structures, Field research.

## **1. Introdução<sup>1</sup>**

Ao propor uma tese que tinha por mote averiguar o nexo da mobilidade para o trabalho e para o lazer com a posição dos indivíduos na estrutura social, supunha, sobretudo a partir dos escritos de Henri Lefebvre, a correlação entre classe social e as possibilidades de uso e de apropriação do espaço. Encaminhar essa discussão exigiu, além de reflexão teórica e levantamento documental, a realização de trabalho de campo – efetivado por meio de observações, aplicação de questionários e realização de entrevistas em dois bairros de Lauro de Freitas, município da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Exigiu, também, como ponto de partida para as análises, a distribuição dos sujeitos da pesquisa em classes sociais. Era necessário, portanto, captar e interpretar informações que permitissem posicionar em classes os homens e mulheres que gentilmente forneceram conteúdos que, entre outros, compuseram a elaboração da tese.

Configurava-se uma questão preliminar: como operacionalizar a noção de classe social? O que apresento aqui é como caminhei para atender a esse propósito e a avaliação que fiz, posteriormente, sobre esse

trabalho. Nesses termos, o objetivo deste artigo é refletir sobre critérios de operacionalização da categoria classe social, a partir de uma experiência de pesquisa em Geografia. Para tanto, estruturei-o em três seções, além desta introdução. Na primeira, consta o caminho teórico que percorri; na segunda, exponho os procedimentos que adotei durante a pesquisa; por fim, empreendo uma reflexão crítica sobre o processo realizado e proponho outros encaminhamentos possíveis para entender as classes sociais na atual conjuntura<sup>2</sup>.

## **2. Percurso teórico: abordagens e características das classes sociais**

Ao longo da história, na medida em que se desenvolvem modos de produção com relações de dominação características, formam-se dois grupos sociais antagônicos – os exploradores e os explorados –, e a expressão classe social, em diferentes campos científicos, passa a ser empregada para tratar desse assunto. Porém, são Marx e Engels os primeiros que, ao se defrontarem com tal situação, propõem um raciocínio a respeito da dinâmica que engendra uma peculiar articulação entre a riqueza de uns com a pobreza de tantos (HARNECKER, 1976; DUVERGER, 1971). Desenvolvem, aliás, toda uma construção teórica, sempre imbricada à atuação política, para interpretar que uma classe social emerge quando um grupo de indivíduos se percebe em oposição, em disputa e, principalmente, como inimigo em concorrência com outro. Logo, uma classe existe apenas frente a outra, o que significa que são grupos dialeticamente opostos. Porém, na época burguesa de afirmação e consolidação do capitalismo, tais grupos, além de possuírem características próprias, observam contradições particulares e formas de opressão específicas, constituindo, assim, duas classes essenciais: a burguesia e o proletariado (MARX; ENGELS, 1998, 2001).

Ainda que não tenham estabelecido um conceito mais apurado de classe social, os autores tratam, continuamente, de caracterizar essas duas classes principais. Em linhas gerais, com Engels (1888 apud BRAGA, 1971, p. 335) aprendemos que a burguesia é “[...] a classe dos capitalistas

modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam trabalho assalariado”, e, sendo assim, é aquela que está em condição de explorar o proletariado. Este grupo, por sua vez, é formado por aqueles que, para sobreviver, “[...] são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado” (MARX; ENGELS, 1998, p. 14). Desse modo, se, por um lado, sua sobrevivência depende dos interesses e da conveniência da burguesia, por outro, sua subordinação a essa situação é o que garante a acumulação capitalista. Assim é que burguesia e proletariado constituem classes sempre articuladas e sempre opostas; existem e evoluem a partir de e em conformidade com o capitalismo. Ademais, sua relação sustenta a própria reprodução desse sistema.

Avançando do pensamento marxiano propriamente dito a ulteriores desenvolvimentos do campo marxista e de outros a ele correlatos, o que fundamenta a distinção e a oposição entre as classes é o tipo de vínculo que estabelecem com os meios de produção, quer dizer, com os objetos com os quais trabalham e com os meios de trabalho. Todas as demais características que lhes são imputadas decorrem dessa condição primeira. Isso significa que, conforme Stavenhagen (1973), a ocupação, o montante de rendimentos, o estilo de vida, o poder ou domínio político configuram um quadro que permite entender as dinâmicas articuladas da burguesia e do proletariado, sem, contudo, representarem seus elementos constitutivos principais.

Com essa perspectiva, Althusser (1976, p. 12) destaca que “[...] a condição de existência da sociedade capitalista é a exploração da classe operária: exploração que a classe capitalista deve reproduzir, custe o que custar”. No mesmo sentido, Lukács (1973, p. 11) diz que “A divisão da sociedade em classes deve ser definida, no espírito do marxismo, pelo lugar que elas ocupam no processo de produção”.

Nos anos 1960, em relação às características das classes sociais, Duverger (1971) demonstra existir uma espécie de transmissão hereditária de direitos e privilégios no âmbito de cada classe. Ao mesmo tempo, entre elas se reproduzem desigualdades, especialmente as relacionadas às oportunidades de desenvolvimento das capacidades individuais de seus

integrantes. O autor observa, também, que uma classe é um grupo com forte solidariedade interna, ainda que apresente diferentes camadas, cada uma das quais com interesses particulares.

Em texto anterior, dos anos 1940, Sorokin (1973, p. 84), ainda que partindo de uma visão não apoiada no marxismo, teoriza algo similar. Fala sobre a forte convergência interna no âmbito de cada classe e do possível antagonismo entre elas, resultado de suas diferenças na condição ocupacional, econômica e legal. Essa ideia é sustentada por outra, a de que existe, no âmbito de uma classe, a “aglutinação de vínculos normais”, melhor dizendo, uma inter-relação de aspectos típicos a cada uma delas. Assim, por exemplo, a pobreza é mais associada a ocupações manuais e a uma relativa inferioridade quanto a direitos e privilégios, enquanto que a riqueza refere-se mais a ocupações tipicamente criadoras, intelectuais e a um status privilegiado. É por isso que a atividade profissional pode ser adotada como um critério de classificação social e, além disso, entendida como elemento que repercute nos modos de vida. Nas suas palavras: “Pessoas que têm posição econômica e direitos e deveres essencialmente análogos se tornam semelhantes de várias outras maneiras, tanto no comportamento quanto física, mental e moralmente” (SOROKIN, 1973, p. 86-87).

Sobre o proletariado, Sorokin (1973) o associa a uma posição subalterna. Nesse conjunto, coloca aqueles que, empregando ou não sua mão de obra em atividades manuais, têm um tipo de trabalho marcado por enfado e monotonia, realizado com pouca criatividade e desestímulo a um efetivo pensamento, exercido em ambiente desagradável e, além disso, com recebimento de baixos rendimentos, comparativamente às demais classes. Proletários são os que não possuem os instrumentos dos quais necessitam para produzir e, conseqüentemente, para sobreviver, dependem da venda de seus serviços num mercado inconstante e inseguro. Nessas condições, o proletariado agrupa pessoas que raramente ascendem socialmente ou dispõem de efetivo acesso a direitos ou a possibilidades de participação política.

A discussão de Gurvitch (1973), feita nos anos 1950, aponta para a existência de aspectos que distinguem as classes dos demais agrupamentos sociais. Entre eles, destaco: (a) as classes são agrupamentos de

fato (não são impostos por quaisquer regulamentações ou se organizam voluntariamente), sendo incomum, por regra, a ascensão de indivíduos de uma classe para outra, ainda que inexistam barreiras formais que impeçam tal mobilidade; (b) cada classe comporta uma multiplicidade de organizações que estabelecem um contato superficial entre si, são grupamentos à distância – isto é, essas várias organizações não estabelecem, necessariamente, intercâmbios; (c) são suprafuncionais, ou seja, envolvem famílias, profissões, grupos étnicos, religiosos, de estratos econômicos etc., que desenvolvem vasto conjunto de funções; (d) são, mais que quaisquer outros grupamentos, radicalmente incompatíveis entre si; e (e) são “grupamentos particulares de grande envergadura” no que tange ao número de participantes, estáveis quanto à duração, e abertos, o que significa que existe a “[...] possibilidade de adesão consciente dos indivíduos ou grupos que, por diversos motivos, se sentem atraídos para uma classe (abraçando a causa dessa classe, por razões ideológicas, econômicas ou afim de serem protegidos, por medida de precaução, etc.)” (GURVITCH, 1973, p. 111).

Os atributos até aqui levantados reforçam a convergência entre o modo de produção e a estrutura de classes. Por isso, a própria dinâmica do capitalismo e as mudanças nos modos de realização da produção, verificadas, sobretudo, após a Segunda Grande Guerra, ocasionam redefinições na forma como elas se expressam na realidade cotidiana. Com isso, discutir as classes amparando-se tão somente na sua relação com os meios de produção parece insuficiente. Se esse é o eixo para sua delimitação e sua caracterização, no presente sua análise deve considerar outras referências. Na medida em que cada época apresenta classes particulares, com conteúdos específicos e concretos (STAVENHAGEN, 1973), e considerando-se, ainda, que a complexificação do capitalismo resulta em maiores dificuldades no entendimento da dinâmica das classes sociais (OLIVEIRA, 2003), torna-se necessário agregar outras perspectivas ao debate sobre o tema.

Essa avaliação levou-me às propostas de Pierre Bourdieu sobre a construção das classes sociais. Antes de tratá-las, observo que o autor faz duras críticas ao entendimento marxista de classes<sup>3</sup>, sendo pertinente conhecer um pouco de sua construção teórica, em especial sua teoria dos campos, elaborada para propor “[...] uma reflexão sobre a pluralidade das lógicas

correspondentes aos diferentes mundos, ou seja, aos diferentes campos enquanto lugares onde se constroem sentidos comuns, lugares-comuns, sistemas de tópicos irreduzíveis uns aos outros” (BOURDIEU, 2004, p. 34). No fundamental, os campos representam as várias dimensões do espaço social e designam “[...] um conjunto de relações de forças objetivas, que definem as posições sociais dos agentes em função do quantum de capital (e poder) que eles controlam” (PERISSINOTTO, 2007, p. 98). Complementando esse raciocínio, Serpa (2015, p. 101) afirma que os campos são “[...] um recorte da estrutura *total*, com interesses, linguagens e representações específicas. Cada campo tem uma hierarquia de classes e frações de classe, de ‘dominantes’ e ‘dominados’”. Nessa perspectiva, o âmbito econômico – base para discussões anteriormente apresentadas – é apenas um entre tantos outros campos dos quais o homem participa.

Conforme Bourdieu (2011), cada campo possui uma lógica e um capital<sup>4</sup> próprios e, logo, a posição social que um agente nele ocupa é consequência do capital que foi capaz de mobilizar, incorporar ou materializar. É possível, portanto, ocupar posições distintas nos diferentes campos dos quais se participa. Todavia, a posição no espaço social é única; é consequência do volume total de capital acumulado. Esse volume, porém, não é um mero acúmulo, representa uma combinação particular, ou melhor, uma estruturação dos vários capitais adquiridos ao longo da trajetória social dos agentes. E, sendo o campo um microcosmo da estrutura social, com seus conflitos e contradições, tal posição decorre da desigual distribuição de recursos e de poderes entre os homens (SERPA, 2015).

Nesses termos, uma classe ou fração de classe pode ser compreendida como “[...] conjunto de indivíduos cujos traços comuns consistem em ocupar uma posição idêntica e estarem envolvidos na mesma trajetória coletiva, aquela que define uma classe em ascensão ou em declínio” (BOURDIEU, 2011, p. 106). A classe objetiva, por sua vez, equivale ao “[...] conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes [...]” (BOURDIEU, 2011, p. 97).

Essa classe objetiva é construída a partir do *habitus*, quer dizer, das “disposições incorporadas”, dos “esquemas de percepção” e da “disposição geradora de práticas”, o que é consequência das experiências no espaço social. O *habitus* é o que permite justificar práticas, classificar produtos, elaborar julgamentos que findam por representar sinais de distinção entre as classes. Em outros termos, o *habitus* se refere a um “sistema de diferenças, de posições diferenciais” ou a tudo o que diferencia uma classe em termos do que ela é e do que não é, vale afirmar, “[...] a identidade social define-se e afirma-se pela diferença” (BOURDIEU, 2011, p. 164). Sendo assim, o conjunto de preferências próprio a um agente ou a um grupo simboliza a visão de mundo de uma classe, dos que possuem um estilo de vida relativamente comum. E, na medida em que o *habitus* ou gostos semelhantes aproximam os agentes, gerando afinidades ou simpatias espontâneas entre eles, atuam igualmente na manutenção de grupos relativamente homogêneos e reverberam na reprodução social.

Souza (2012), discutindo a situação brasileira e apoiado nas teses de Pierre Bourdieu, afirma que uma classe social se revela enquanto uma visão prática do mundo, por uma forma de agir, o que não decorre tão somente do capital econômico. Por conseguinte, alterações no âmbito da produção ou na economia e na estrutura de distribuição de renda não implicam, automaticamente, modificações na estrutura ou composição das classes: “[...] é apenas quando as mudanças ganham a ‘alma’ e o ‘corpo’ de homens e mulheres comuns que estamos lidando verdadeiramente com mudanças efetivas da sociedade, da política e da economia” (SOUZA, 2012, p. 19). Enfim, para esse autor, a maneira pela qual a vida humana se realiza cotidianamente, em seus dramas e esperanças, é o que revela as classes e os conteúdos que as constituem.

### **3. Percorso empírico: operacionalizando a categoria**

Diante das leituras realizadas e da intenção de entender como as classes sociais se expressam na atualidade, mais propriamente como as características gerais da estrutura e relações sociais hegemônicas podem



ser evidenciadas num determinado recorte espaço-temporal<sup>5</sup>, o primeiro passo foi atentar ao que vi, ouvi e senti (por que desprezar essa forma de entender o mundo?) nas atividades de campo. É evidente que essa observação foi mediada pelo conhecimento teórico que vinha construindo sobre o tema, mas, ao mesmo tempo, o mundo concreto redirecionava minhas escolhas bibliográficas e compreensões.

Ressalto que, na tese que origina este artigo, por tratar da mobilidade para trabalho e para o lazer, pretendia utilizar informações referentes a essas duas práticas entre os critérios para operacionalizar o conceito de classe. No entanto, considerei apenas as referidas ao trabalho. Essa decisão foi consequência da própria atividade de campo, particularmente dos resultados do questionário domiciliar<sup>6</sup>, no qual havia perguntas a respeito das atividades profissionais e de lazer de todos os moradores da unidade. Entretanto, raras foram as situações em que o ou a respondente sabia mencionar as práticas de lazer dos demais, excetuadas aquelas em que também havia participado. Em contrapartida, foram poucos os casos de inexistência de esclarecimentos sobre as atividades profissionais do total de moradores. Portanto, a centralidade do trabalho na dinâmica familiar acabou por influenciar seu papel no próprio encaminhamento dos parâmetros de diferenciação das classes na pesquisa.

Retornando ao que foi referenciado acima, é possível verificar que, mesmo frente a diferentes conjunturas e orientações teóricas, há elementos recorrentemente citados quando a proposta é levantar características das classes sociais. Entre eles, tem-se que (a) cada uma delas é composta por múltiplas e distintas frações, ou melhor, não há homogeneidade de perfis ou de interesses no âmbito de uma mesma classe; (b) existem conflitos e antagonismos entre as classes; (c) na estrutura social, mais comumente, aqueles que realizam atividades manuais encontram-se em posição inferior em termos de renda e de acesso a direitos quando comparados a indivíduos com ocupações mais intelectualizadas e criativas; (d) encontram-se inter-relações entre a ocupação, a posição na estrutura social e os valores e formas de interpretar o mundo; e, (e) associado a essas últimas argumentações, os membros de uma mesma classe tendem a possuir um conjunto de atributos semelhantes, os quais guardam coerência com a posição que

ocupam no mundo do trabalho. A esses pontos, acrescento as seguintes ideias: nem todos os proprietários dos meios de produção estão em posição de dominação, já que existem os que não empregam mão de obra alheia (a pequena burguesia, segundo Marx); os dirigentes de empresas, mesmo que não detenham a propriedade dos meios de produção, e aqueles que ocupam posição de destaque na burocracia estatal, tendem a exercer a dominação ou a representar os interesses hegemônicos, conforme o caso (STAVENHAGEN, 1973).

Em relação à renda, corriqueiramente adotada como critério decisivo nas discussões sobre classe na mídia, no senso comum e mesmo em alguns âmbitos acadêmicos (SOUZA, 2015), é um atributo que, numa sociedade como a nossa, caracterizada pelo consumo, não pode ser ignorado como elemento de análise. Afinal, nesse contexto, é tornada crucial para entender as condições de vida dos seus membros. No entanto, vincular classe somente à renda, ou atribuir à última um papel central na qualificação da primeira, pode resultar em delimitar a classe mais pela capacidade de consumo do que pela forma como realiza sua vida. Nesse quesito, Bourdieu (2011, p. 97), que segue a abordagem estruturalista, é bastante pertinente. Ao propor que uma classe de agentes representa uma “[...] unidade que se dissimula sob a diversidade e a multiplicidade das práticas em campos dotados de lógicas diferentes, portanto, capazes de impor formas diferentes de realização [...]”, destaca que ela se explicita por suas práticas e que estas não são uma consequência de causa única. Dessa maneira, não é a capacidade de consumo (ou o quanto de renda acumulada) que dita o que, o como e o quando se vai consumir, isso deriva do *habitus*<sup>7</sup>.

Lefebvre (2005), com uma análise de cunho marxista, também observa uma vinculação entre a posição na estrutura social e as práticas. Para ele, os atos sociais são portadores de conteúdos, símbolos e ritos que não têm o mesmo sentido para as diferentes classes, camadas ou frações de classe. Ademais, se constituem em critérios de pertencimento ou de exclusão a cada uma delas. Nesse sentido, diferencia as psicologias coletivas da burguesia, dos operários, dos camponeses e das classes médias. E refere-se à existência de um sociopsiquismo de classe: “Todo o individual é já social, mas em níveis sucessivos, de modo que a interioridade

reproduz e contribui, assim, para reproduzir as profundidades da vida social” (LEFEBVRE, 2005, p. 26-27).

A escolaridade é outro aspecto sobejamente citado quando se discute classe. Aliás, se é comum a associação entre classe e renda, é igualmente usual vincular a ampliação dos níveis educacionais a acréscimos nos rendimentos. É evidente que tendem a apresentar maiores graus de educação escolar aqueles que estão nos estratos mais elevados da sociedade e que os referidos graus de educação repercutem em maiores e melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Porém, sem deixar de reconhecer tais possibilidades, é preciso trazer outros apontamentos sobre o assunto. Reconhece-se que o aumento das capacidades e habilidades do trabalhador é útil à reprodução capitalista – e, conseqüentemente, também da estrutura social a ela correspondente –, e que a inserção no mercado de trabalho é decorrente de um conjunto de variáveis não redutíveis aos atributos individuais (BORGES, 2010). Ainda, pelas premissas bourdieusianas, entende-se que a educação formal, escolar, é um meio de manter ou legitimar privilégios na medida em que “ensina” quais são os valores, noções e práticas certos e errados. Por isso, possui centralidade na perpetuação da sociedade.

Nessa perspectiva, ela não se converte necessariamente – como se alega no senso comum e em alguns trabalhos científicos – num agente de transformação social. Seguindo com ditas premissas, tem-se que as diferentes classes e frações de classe lidam com a educação formal de modo diferenciado. Cada uma possui, digamos, um nível de expectativas particulares para com o sistema de ensino, relativamente, por exemplo, a sua contribuição para a ascensão social. Isso acaba por incidir na própria relação que os agentes de cada classe objetiva estabelecem com a escola ou com a importância a ela atribuída (BOURDIEU, 2010, 2004).

Fica evidente que trago contribuições de autores de distintas filiações teóricas para a discussão da categoria classe social. Não considerei essa estratégia – que não é inédita – inadequada, até porque a proposta não é criar ou fundir conceitos ou pressupostos de abordagens distintas. O que pretendi foi encontrar concepções fundamentadas que concorressem para compreender as características relativas às práticas, aos comportamentos

e escolhas dos sujeitos da pesquisa cujo lastro não se explica estritamente pela posição dos mesmos na estrutura produtiva. Quanto à interpretação dos achados, esta foi orientada pelas propostas do marxismo.

Enfim, os levantamentos feitos em campo, junto aos elementos teóricos, conduziram-me a estabelecer três classes sociais para efeito da mencionada pesquisa, designadas como populares, médias e (médias) superiores.

Nesse trabalho, as classes populares correspondem ao conjunto daqueles que à época exerciam atividades profissionais notadamente manuais ou outras que exigissem pouca habilidade intelectual, e que se inseriam de forma precária no processo produtivo. Participavam desse grupo também os sujeitos cuja ocupação apontava para execução de tarefas mais rotineiras, pouco criativas, e cuja prática, em geral, inviabilizaria maior nível de ascensão mesmo que do ponto de vista estritamente econômico. Tratava-se, ademais, de pessoas com baixos níveis de renda e escolaridade.

É necessário mencionar que, considerando as leituras realizadas, avalei outras possibilidades de nomear esse grupo. Porém, entendi que essa expressão era mais pertinente do que proletariado ou classe trabalhadora, por exemplo. Isso porque proletariado normalmente se refere a um tipo ideal, concebido teoricamente como aqueles que só possuem a força de trabalho para vender e que envolve, principalmente, os integrantes do operariado industrial. Se, por um lado, quase todos os sujeitos de pesquisa não eram proprietários dos meios de produção, por outro, apenas uma pessoa integraria esse grupo de trabalhadores – ou seja, o conteúdo referido ao conceito não representava apropriadamente a realidade em análise. Quanto a classe trabalhadora, é uma expressão que pode remeter a todos os que possuem alguma ocupação, sejam elas manuais ou intelectuais, atividades que, como antes discutido, possuem, inegavelmente, uma hierarquia no que tange aos ganhos monetários, acesso a direitos ou valor social. Essa denominação corresponderia à classe-que-vive-do-trabalho, nos termos de Antunes (2009, p. 103), que inclui “[...] todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos

assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital". Colocada a classe nesses termos, ela indicaria praticamente a totalidade dos que participaram dessa pesquisa, com exceção dos que, possivelmente, comporiam a pequena burguesia. Com isso, algumas diferenças importantes, referidas à forma de compreender sua realidade e práticas outras, não estritamente relativas à inserção no mundo da produção, seriam desconsideradas.

A elaboração de um conceito operacional de classes médias foi mais delicada, tendo em vista a própria ambiguidade que a caracteriza. Veja-se que Stavenhagen (1973) questiona inclusive se efetivamente esse grupo pode ser designado como classe, visto que, na estrutura social, situa-se entre os dominantes e dominados, e, normalmente, não se coloca em oposição a nenhum deles.

Ainda no século XIX, Marx e Engels (1998) falavam das classes médias como as que combatem a burguesia visando, sobretudo, garantir sua existência e impedir o próprio declínio. Essencialmente conservadoras, podem, excepcionalmente, até assumir um caráter revolucionário, mas apenas quando percebem o risco de fundirem-se ao proletariado. Lefebvre (2005) atualiza essa discussão e afirma que as classes médias possuem formas variadas de individualismo e uma necessidade de afirmação algo abstrata. São, junto à pequena burguesia, intermediárias às classes típicas do capitalismo. No entanto, assumem o papel (passivo) de transmitir modos, tendências e modelos afeitos aos grupos hegemônicos.

Bourdieu (2011) converge com essas concepções quando diz que as classes médias são um espaço de indeterminação. Formadas por indivíduos com trajetórias diversas, apresentam condutas mais determinadas pela posição na estrutura social do que propriamente por suas efetivas condições materiais.

No Brasil, de acordo com Souza (2011, s. p.), há uma classe média estabelecida que, mesmo sem possuir o capital econômico das classes altas, participa da classe dominante, e isto "[...] porque se forma pela apropriação de capital cultural, seja técnico e especializado, seja literário e especulativo, o qual é indispensável para o funcionamento do mercado e do Estado", colaborando, assim, para a perpetuação do sistema socioeconômico. Para

ele, o acesso a esse tipo de conhecimento repercute numa “condição de vida” que alicerça sua reprodução como classe.

Há outro grupo que estaria em formação como consequência das alterações econômicas do país e que vinha sendo nomeado como uma “nova classe média”. Ele envolve as pessoas que passaram a participar do mercado de consumo, no início dos anos 2000, e que simboliza uma espécie de nova “autoconfiança” nacional (SOUZA, 2011, 2012). É uma “classe” que emerge com as mudanças econômicas e produtivas verificadas no país, baseadas em ações governamentais e referidas, principalmente, aos programas de transferência de renda e à política de ampliação do poder aquisitivo do salário mínimo, com ganhos reais frente aos índices oficiais de inflação, intervenções essas que repercutiram na redução dos níveis de desigualdade na distribuição da renda. Paralelamente, e lastreando-se ainda em medidas governamentais, houve a abertura de sistemas de financiamento e crédito para o consumo, permitindo àqueles que saíam da pobreza o acesso a determinados bens e produtos antes só acessíveis às classes média e alta (OLIVEIRA, 2015; CACCIAMALI, 2010)<sup>8</sup>. Essa “classe”, portanto, constituiu-se por meio de políticas públicas e, pela via do consumo, ampliou sua participação na dinâmica econômica.

No entanto, ainda acompanhando a lógica de Jessé Souza, isso não lhe garantiu a aquisição do capital simbólico e material (base do privilégio social) suficiente para participar dos estratos sociais superiores. Então, apresenta uma trajetória de ascensão econômica que não tende a repercutir em ascensão social.

Com base nessas discussões, para efeito da mencionada tese, as classes médias correspondem ao grupo de pessoas que possuem acesso a uma soma de bens e serviços que lhes dê conforto material, bem como um nível de capital cultural que permita a compreensão de seus direitos sociais. Nesse grupo encontram-se tanto aqueles que participam das classes médias tradicionais, como, também, alguns que poderiam ser descritos como “batalhadores” – pessoas oriundas de escolas públicas, que têm, no máximo, e com muito esforço, curso superior em faculdade particular e que trabalham, no caso de alguns, mais de dez horas, por vezes, em mais de um emprego (SOUZA, 2011, 2012); são aqueles que, vindos dos

mais baixos estratos sociais, conseguem, de algum modo, compensar os fatores destrutivos e negativos, e que conseguiram “[...] a duras penas ascensão material e alguma dose de autoestima e de reconhecimento social” (SOUZA, 2012, p. 51).

Havia um grupo de indivíduos não proprietários dos meios de produção, e que tampouco tinha a capacidade de influenciar a tomada de decisões nas esferas política e econômica. Porém, em relação à população da área de pesquisa, revelavam uma posição no mundo do trabalho mais afeita ao comando e ao controle da produção. Vinculando-se a essa circunstância, detinham condições materiais de existência que se diferenciavam e suplantavam as dos demais, condição essa que, inclusive, se apresentava em seu discurso. Embora se entenda que tais pessoas participam das classes médias, revelaram também alguns traços peculiares e distintos dos esboçados pelos demais. Denotavam, por exemplo, serem oriundos da classe média estabelecida e terem uma trajetória ascendente em relação ao capital financeiro ou intelectual/educacional.

Portanto, optou-se por agregá-los numa categoria nomeada de classes (médias) superiores. Nela estavam aqueles cujo exercício profissional implicava algum grau de controle e de direção da atividade de outros, ou que era voltado a atividades tipicamente intelectuais; em geral, tinham vínculos de trabalho mais seguros, comparativamente aos das demais classes e, em termos de escolaridade, possuíam, pelo menos, nível superior completo. Ademais, revelaram patamares mais elevados no que tange aos rendimentos, resultando em maiores e mais diversificadas possibilidades de escolhas e de acesso a bens materiais e imateriais.

Resta claro que dei destaque aos atributos ocupação e vínculo profissional. Isso exigiu entender melhor tais atributos ou a natureza das atividades produtivas dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Também foi preciso conhecer mais apuradamente os tipos de vínculos empregatícios, em particular, suas implicações para os trabalhadores frente às vicissitudes do mercado de trabalho. Para tanto, recorri a documentos oficiais.

Sobre o conteúdo ou às atividades atinentes a cada tipo de ocupação, utilizei as classificações sobre tipos de ocupações e posição na ocupação, elaboradas pela Comissão Nacional de Classificação (Concla), coordenada

pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda em relação a esse assunto, outra referência foi a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), de responsabilidade do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos, e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho do país<sup>9</sup>. À análise da posição na ocupação seguiu-se o seu cotejamento com os critérios assumidos pelo IBGE em suas pesquisas domiciliares nacionais, os quais são orientados por parâmetros estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com isso, a posição na ocupação é estabelecida a partir da classificação dos contratos de trabalho quanto aos riscos econômicos que apresenta ao contratado e suas consequências.

Em relação à estratificação da renda, os parâmetros oficiais também se constituíram num balizamento. Para fins de análise, observei a categorização de pessoa pobre e de indigente, adotada na ocasião da tese, para efeito de realização de políticas públicas. Sob o primeiro título, estavam aqueles que tinham renda mensal máxima de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (SM) domiciliar, enquanto que o segundo contemplava os que detinham até  $\frac{1}{4}$  do SM<sup>10</sup>. Em outras palavras, o quesito renda foi adotado para a organização das classes sociais, considerando-se o rendimento médio domiciliar mensurado em SMs, e sua classificação levou em conta a linha de pobreza<sup>11</sup>.

Em resumo, conforme consta no quadro 1, os critérios centrais de delimitação das classes sociais na pesquisa em pauta foram: (a) ocupação (natureza e posição na ocupação); (b) renda (rendimento domiciliar *per capita* em SMs) e (c) grau de escolaridade. A proposta foi tratá-los de modo articulado, ponderando em que medida a combinação das características de uma família convergia ou divergia das de outras.

A esse conjunto de aspectos, agregaram-se outras informações que contribuíssem para esclarecer o perfil dos sujeitos da pesquisa e sugerissem suas condições de vida. Assim, trabalhei com informações sobre a presença de determinados bens no domicílio e as características do imóvel. Esses dados foram obtidos em trabalho de campo, sendo que a posse dos bens



foi informada pelos respondentes, enquanto que o perfil dos domicílios dependeu da minha avaliação.

Em relação ao perfil dos domicílios, os tipos identificados foram agrupados em: (a) sítio ou chácara, (a.1) em bom estado de conservação ou (a.2) com problemas no que se refere à conservação; (b) casa, (b.1) em bom estado de conservação ou (b.2) com problemas no que se refere à conservação; e (c) casa (c.1) em lote (verificando o número de domicílios por lote) ou (c.2) em espaços residenciais fechados (diferenciando-se o perfil do condomínio em termos de estrutura de lazer e de segurança)<sup>12</sup>. Quanto à presença de bens, registrou-se a existência daqueles que são básicos para o conforto familiar (fogão e geladeira) e a especificidade e quantidade dos demais (automóvel, motocicleta, TV, DVD, computador, notebook etc.).

Desse modo, pautou-se a construção das classes pela articulação de atributos individuais e de domicílio, ou melhor, das possibilidades de inserção no mundo social a partir do trabalho e das condições de vida no âmbito da unidade doméstica, espaço íntimo da reprodução social. Desse modo, embora a hierarquia proposta partisse de aspectos mais objetivos, eles corresponderam a outros, de cunho mais qualitativo, que incidiam no modo e nas possibilidades de compreender e agir sobre a realidade.

**Quadro 1**  
**CRITÉRIOS FUNDAMENTAIS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

CRITÉRIOS FUNDAMENTAIS	CLASSES POPULARES	CLASSES MÉDIAS	CLASSES (MÉDIAS) SUPERIORES
OCUPAÇÃO*	Técnicos de nível médio (professores, leigos e de nível médio; técnicos de nível médio em serviços de transportes, dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos, outros técnicos de nível médio); Trabalhadores de serviços administrativos (escritórios, trabalhadores de atendimento ao público); Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (trabalhadores dos serviços, vendedores e prestadores de serviços do comércio); Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil, de funções transversais); Trabalhadores de reparação e manutenção (outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação).	Profissionais das ciências e das artes (profissionais polivalentes, do ensino - com nível superior ou mais-, de ciências jurídicas; das ciências exatas, físicas e engenharia; das ciências biológicas, da saúde e afins; comunicadores, artistas e religiosos); Técnicos de nível médio (técnicos de nível médio polivalente, da engenharia, ciências físicas, químicas e afins, das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins; em serviços de transportes, ciências administrativas, dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos; outros técnicos de nível médio); Trabalhadores de serviços administrativos (escritórios); trabalhadores de atendimento ao público); Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (trabalhadores dos serviços, vendedores e prestadores de serviços do comércio).	Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações e de empresas e organizações (membros superiores do poder público e dirigentes de organizações de interesse público; dirigentes de empresas e organizações; gerentes); Profissionais das ciências e das artes (profissionais polivalentes, do ensino médio e superior-com pós-graduação -, de ciências jurídicas, das ciências exatas, físicas e engenharia; das ciências biológicas, da saúde e afins; comunicadores, artistas e religiosos).
RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA **	MANUAL De 0 a 1SM (R\$0,00 < R\$ 724,00)	Acima de 1SM a 5SM (R\$ 724,00 ≥ R\$ 3620,00)	Acima de 5SM (R\$ 3620,00 ≥ ∞)
ESCOLARIDADE	Analfabeto, sabe ler e escrever; fundamental II completo ou incompleto; fundamental III completo ou incompleto; e ensino médio ou técnico completo ou incompleto.	Fundamental II completo ou incompleto; ensino médio ou técnico completo ou incompleto, superior completo ou incompleto; pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) completo e incompleto.	Ensino médio ou técnico completo; superior completo ou incompleto; pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) completo e incompleto.
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO***	Empregado; trabalhador doméstico; conta própria; trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar. Aposentado.	Empregado; conta própria; empregador. Aposentado.	Empregado; conta própria; empregador. Aposentado.

Fonte: Elaboração própria

Notas:

\*Selecionando-se as categorias e subcategorias a partir da classificação do Censal/IBGE, conforme as ocupações reveladas a partir do trabalho de campo. Acrescentou-se a categoria aposentado.

\*\* Salário mínimo igual a R\$ 724,00.

\*\*\*Considerou-se as definições oficiais de posição na ocupação (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015)

#### 4. Reflexões sobre o percurso

Tornar a noção de classe social num conceito operacional é algo extremamente delicado. Em muito, isso decorre da própria complexidade inerente ao capitalismo contemporâneo e da dissimulação dos conflitos e contradições por ele provocados. Por isso, estabelecer procedimentos para agrupar os sujeitos em classes sociais foi algo perseguido e questionado ao longo de todo o processo da pesquisa, embora tenha me guiado por alguns dos critérios mais frequentemente usados no debate sobre o tema.

De todo modo, a análise dos dados levantados a partir dos questionários e dos conteúdos das entrevistas redundou em achados interessantes. Permitiu-me, entre outras elaborações, verificar que no âmbito de cada classe havia convergências nas interpretações e no sentido atribuído ao trabalho e ao lazer, assim como nas descrições e avaliações realizadas sobre o bairro de moradia. Ao mesmo tempo, os entendimentos que as classes populares, médias e (médias) superiores apresentaram sobre tais práticas se distinguiram entre si e, destaque-se, quando tratavam do lugar em que viviam, se diferenciavam de maneira ainda mais significativa.

No que se refere mais especificamente aos processos socioespaciais, o estudo do direcionamento e da intensidade dos fluxos necessários à realização das atividades atinentes ao trabalho e ao lazer trouxe questões para a análise da relação entre classe social e possibilidades de uso e de apropriação do espaço. Foi notório, por exemplo, que as classes populares usavam Lauro de Freitas mais do que as médias e as médias (superiores) para o trabalho. Enquanto isso, embora as classes médias e (médias) superiores em alguma medida também atuassem no âmbito municipal, em muito se destinavam a Salvador e, além disso, para outras unidades da RMS. Havia, inclusive, movimentos para outros municípios baianos e estados brasileiros.

Os deslocamentos referidos ao lazer revelaram que as classes populares e médias encontravam em Lauro de Freitas e em Salvador, nessa ordem, os lugares mais relevantes para essa prática. Entretanto, as classes médias também seguiam, com alguma frequência, para outros municípios tanto da RMS, como de outras regiões da Bahia. Por sua vez, ainda que

as classes (médias) superiores também praticassem o lazer no município de moradia e na capital baiana, revelaram significativo volume de deslocamentos para fora de sua região e da Bahia, inclusive voltados a outros países (DIAS, 2016).

Enfim, a estratégia de operacionalização da categoria classe social adotada na pesquisa, entre outras análises, demonstrou que as classes sociais se distinguem também pelos lugares em que trabalhavam e exerciam o lazer, o que rendeu conteúdo para discussões próprias à Geografia. Paralelamente, na medida em que desenvolvia essas discussões, reavaliava o conjunto dos critérios escolhidos para tal fim.

De fato, no decorrer da pesquisa, notava que alguns elementos necessários ao debate (ou ao entendimento da objetivação da categoria) não estavam devidamente contemplados. Entretanto, foi no avançar das avaliações sobre o material levantado que pude ir apurando a compreensão e me aproximando do entendimento de como as classes se expressam na cotidianidade. Retornei, então, à teoria com o intuito de melhor entender o que se desvelava.

Com isso, novas ideias e reflexões afloraram, bem como identifiquei questões cuja abordagem em muito teriam contribuído para os propósitos da pesquisa. Por um lado, afirmo a pertinência de adotar a ocupação, e os quesitos a ela relativos, como critério central de diferenciação das classes. Essa posição se funda nos textos citados nas páginas anteriores, em particular os de vieses marxistas, que afirmam o trabalho humano como central ao movimento da sociedade. Afinal, como diz Antunes (2009, 2020), mesmo as recentes alterações na forma de sua realização, marcada pelo crescimento do uso das ferramentas virtuais, pela ampliação e pela diferenciação da informalidade, bem como pela “uberização” do trabalho, exacerbação do desemprego estrutural, dos acidentes, assédios etc., não lhe tiram a importância na reprodução da vida e do capital. Aliás, a própria pandemia do coronavírus e a insistente pressão feita por determinados governos para o retorno à “normalização” das atividades econômicas (melhor dizendo, da exploração da classe-que-vive-do-trabalho), vem demonstrando que “[...] *sem trabalho não há valorização do capital!*” (ANTUNES, 2020, s. p., grifos do autor).

Em contrapartida, ficou patente que deveria ter focado melhor outros aspectos. Sobre a própria ocupação, poderia ter questionado sobre o número de horas trabalhadas, as condições e o conjunto de tarefas executadas no exercício da atividade profissional. Informações desse tipo permitiriam aprofundar o entendimento sobre a percepção que os sujeitos têm sobre seu trabalho, além de colaborar para ampliar o debate sobre vínculos empregatícios ou a respeito das diferentes possibilidades de submissão do trabalhador ao mercado. Dessa maneira, ainda que não fosse objeto da tese aqui em consideração, poderia melhor entender aspectos referentes à heterogeneização e à complexificação das condições de emprego da força de trabalho considerando o recorte espaço-temporal da pesquisa.

Ainda considerando os achados de campo, teria sido interessante indagar sobre as trajetórias familiares, o que abordei nas entrevistas, mas não com o devido aprofundamento, e não pontuei nos questionários. Retorno, pois, às análises de Bourdieu (2011) relativas à construção das classes, particularmente, as concernentes à estrutura de relações de uma série de propriedades dos agentes e à trajetória dos agentes nas classes. Isso porque, conforme o autor, agentes com as mesmas propriedades e posição social, mas que se diferenciam em termos de origem (ou posição original), apresentam práticas diferenciadas. São “[...] indícios sutis das maneiras de ser ou da postura em que se denuncia o efeito de condições de existência diferentes das condições presentes ou, o que vem a dar no mesmo, uma trajetória social diferente da trajetória modal no grupo considerado” (BOURDIEU, 2011, p. 103-104).

Essa abordagem orienta a crítica elaborada por Souza (2009, 2012, 2015) a respeito das diferentes teses que vinculam classe à renda e, consequentemente, a autores que afirmam ter havido ampliação da classe média no Brasil por conta da elevação dos níveis de rendimento das famílias<sup>13</sup>. Visões como essa, argumenta, obstaculizam a discussão e a compreensão dos fatores não materiais ou não econômicos que impactam na reprodução da desigualdade social e desconsideram a importância da transferência intergeracional de valores imateriais para a reprodução das classes sociais – o que, para ele, é essencial. Assim é que, nas classes altas ou nas médias, é necessário que as gerações que se sucedem aprendam, ou

melhor, incorporem, a partir de sua experiência familiar, o estilo de vida e os modos de comportamento que lhes são próprios para que se mantenham nessa posição, ou seja, reproduzam a condição de serem percebidos como membros de sua classe.

Nesses termos, o autor defende que o capital econômico é importante e permite o acúmulo de outros capitais (inclusive, o cultural, que é fundamental na competição social), mas isso não basta para garantir a filiação ou a reprodução das classes. Há que se considerar, além disso, aqueles aspectos transmitidos por identificação afetiva e emocional no processo de “socialização familiar”, os quais se traduzem em certos valores, práticas e interpretações de mundo (SOUZA, 2009, 2012).

Com base nessas premissas, o autor sustenta que no caso do Brasil não houve o alargamento da classe média ou a formação de uma nova classe média. Aqueles que vindos dos extratos sociais mais baixos e que ascenderam economicamente, os “batalhadores”, pelas suas condições de origem, apenas excepcionalmente teriam acesso às condições que lhes permitiriam “encarnar” aquele conjunto de valores e de práticas, ou a “cultura de classe”, capaz de fazer com que se sentissem ou fossem reconhecidos como membros da classe média constituída.

Esse retorno aos argumentos de Pierre Bourdieu e de Jessé Souza derivou do reconhecimento de que a delimitação das classes careceu de outros elementos. Efetivamente, e sobretudo nas entrevistas, foi possível ver que as diferenças nas trajetórias familiares e a relação entre a posição de origem e a atual (na ocasião) repercutiam em determinadas escolhas relativas ao lazer e, especialmente, nas interpretações e expectativas apresentadas sobre o lugar de moradia, sobre o trabalho e o próprio lazer. Desse modo, a preocupação com a história dos sujeitos, a dos seus caminhos e descaminhos na vida estudantil e profissional, por exemplo, concorreriam para melhor entender sua situação e sua posição na estrutura social, bem como melhor interpretar os sentidos atribuídos a suas práticas cotidianas.

Outra pergunta que deveria ter sido proposta: qual sua classe social? Essa questão possivelmente traria elementos à discussão das ideias que repercutem na compreensão que os indivíduos têm de si enquanto partícipes da sociedade.

Enfim, ao tempo em que reconheço que obtive um conteúdo pertinente à análise de determinadas características das classes sociais, agregando contribuições ao debate sobre o tema, observo a necessidade de novas reflexões no intuito de operacionalizar essa categoria. Nesse sentido, ao realizar a crítica de meu trabalho, proponho àqueles que tenham interesse similar, vale afirmar, que pretendam operacionalizar a categoria classe social, que, sempre considerando a dialética entre a teoria e a realidade concreta, observem tanto aspectos referidos ao trabalho como outros da vida dos sujeitos particulares e de suas vinculações socioafetivas. Afinal, elas nos orientam também em nossa inserção, nossa compreensão e nossas expectativas frente ao mundo.

## Notas

- 1 Agradeço a Francisco Baqueiro Vidal pelo diálogo e pelos questionamentos sobre o conteúdo deste texto, o que contribuiu para avanços em minhas reflexões.
- 2 As duas primeiras seções são extratos de um dos capítulos da minha tese (DIAS, 2016), sem acréscimos de referências ou revisões relativas às mudanças relacionadas ao mercado de trabalho e aos programas de distribuição de renda, ocorridas após a finalização desse trabalho.
- 3 As críticas de Bourdieu (2010) ao marxismo focam-se nos seguintes pontos: (a) tendência a enfatizar a “substância” das classes e não as relações que estabelecem; (b) visão intelectualista, que confunde a classe elaborada teoricamente com o grupo mobilizado de fato; (c) redução da multiplicidade social ao economicismo; e (d) objetivismo, que menospreza as lutas simbólicas estabelecidas em diferentes campos sociais e que colocam em questão as representações do mundo e a hierarquia no interior de cada um desses mesmos campos.
- 4 No âmbito da teoria dos campos, capital é conceituado como uma relação social, “[...] uma energia social que existe e produz seus efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz, cada uma das propriedades associadas à classe *recebe seu valor e sua eficácia das leis de cada campo*” (BOURDIEU, 2011, p. 107, grifos do autor).
- 5 Compreendo que a totalidade está presente e influencia a vida em cada lugar, porém, com formas próprias de expressão. Por isso, observo que os critérios adotados na tese em referência para os bairros analisados muito provavelmente se diferenciam dos que seriam mais pertinentes para estudar o conjunto de bairros de Lauro de Freitas ou, ainda mais, a RMS
- 6 Apliquei o questionário em 90 residências, o que permitiu obter informações sobre 298 pessoas.
- 7 Bourdieu (2011, 2004) postulou que o *habitus*, consequência da trajetória individual e social, produz estratégias que se revelam adaptadas às situações. Ele se referiu a elementos incorporados no decorrer dessas trajetórias, o que significa que a experiência representa uma espécie de aprendizagem que resulta, conscientemente ou não, em atos e pensamentos.
- 8 Ocorreram importantes alterações nas dinâmicas política e econômica do país nos últimos cinco anos, influenciadas por problemas internos e pela conjuntura internacional. Com isso, o poder de consumo do salário mínimo declinou, bem como vêm oscilando as deliberações do governo federal sobre os programas de transferência de renda. Tais fatores, entretanto,

não são aqui tratados, preservando os pressupostos e dados que orientaram a classificação estabelecida em 2014-2015.

- <sup>9</sup> Nesse documento, ocupações são entendidas como agrupamentos de empregos ou situações de trabalho semelhantes às atividades realizadas. Elas são descritas e ordenadas de modo hierarquizado, segundo sua natureza (funções, tarefas e obrigações particulares à ocupação) e conteúdo (a soma dos conhecimentos, habilidades, atributos pessoais e outros requisitos exigidos para o exercício da ocupação) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015; BRASIL, 2010).
- <sup>10</sup> Não se desconhecem as críticas quanto ao uso do SM como referência para aferição das condições de vida. Nesse particular, concordo que é pertinente questionar sua capacidade de, no caso brasileiro, salvaguardar os padrões mínimos de sobrevivência, ou ainda de ser um parâmetro adequado para tratar de realidades espaciais distintas. Porém, tendo em perspectiva o escopo específico da pesquisa, tais críticas não se aplicam, como discuto na tese.
- <sup>11</sup> A opção pelo uso de critérios oficiais se deu, entre outros fatores, pela possibilidade de analisar a situação da área de pesquisa em comparação com unidades maiores, como a da RMS, o que foi feito para atender a outros objetivos da tese.
- <sup>12</sup> Adota-se, neste ponto, a expressão *espaços residenciais fechados* para indicar “[...] todos os tipos de empreendimentos residenciais horizontais murados e controlados por sistemas de segurança” (SPOSITO; GÔES, 2013, p. 61).
- <sup>13</sup> Como trago algumas das posições do autor para o debate, observo que concordo com Souza (2009, p. 18) com sua posição quando afirma que o economicismo tem sido hegemônico nas discussões sobre a sociedade brasileira e que isso acaba por deixar em segundo plano a discussão sobre os conflitos sociais que fundamentam sua construção. Porém, por vezes, ele acentua inadequadamente sua crítica como, por exemplo, quando diz que quase nunca se percebeu ou discutiu sua divisão de classes. Autores como Francisco de Oliveira trazem há muito tal discussão. Nesse mesmo sentido, equivoca-se quando diz que “O economicismo liberal, assim como o marxismo tradicional, percebe a realidade das classes sociais apenas ‘economicamente’, no primeiro caso como produto da ‘renda’ diferencial dos indivíduos e no segundo, como ‘lugar na produção’”. É preciso notar que a própria noção de produção trazida por Marx e Engels e aprofundada por, entre outros, Henri Lefebvre, deixa evidente que, para o marxismo, o pertencimento e a delimitação de uma classe não podem ser reduzidos a um ou outro aspecto da vida dos sujeitos, embora haja aqueles que se sobressaem e influenciem (material ou simbolicamente) os demais.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. Apresentação à sexta edição. In: HARNECKER, Marta. **Conceitos elementares do materialismo histórico**. 2. ed. Lisboa: Provençal, 1976. v. 1.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. (Coleção Mundo do trabalho).

\_\_\_\_\_. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020 (Pandemia capital).



BORGES, Ângela. As novas configurações do mercado de trabalho no Brasil: notas para discussão. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 619-632, set./dez. 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRAGA, Célia Maria Leal. **Estratificação social e estrutura de classes**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações**: CBO. 3. ed. Brasília: MTE; SPPE, 2010. v. 1.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho: a primeira década do século XXI. In: BRAGA, Thaiz; VIDAL, Francisco; NEVES, Laumar (Org.). **Trabalho em questão**. Salvador: SEI, 2010. p. 43-58. (Série estudos e pesquisas, 86).

DIAS, Patrícia Chame. **Trabalho e lazer na metrópole**: lugares e fluxos das diferentes classes sociais na Região Metropolitana de Salvador. 2016. 358f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2016.

DUVERGER, Maurice. As classes sociais. In: BRAGA, Célia Maria Leal. **Estratificação social e estrutura de classes**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971. p. 280- 298.

GURVITCH, Georges. Definição do conceito de classe social. In: BERTELLI, Antônio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. Soares; VELHO, Otávio Guilherme C. A. **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 94-115.

HARNECKER, Marta. **Conceitos elementares do materialismo histórico**. 2. ed. Lisboa: Provençal, 1976. v. 2.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Posição na ocupação**. Disponível em: <http://www.inde.gov.gov.br/images/pdf/concla/posocupacoes.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2015.

LEFEBVRE, Henri. Psicologia das classes sociais. **GEOUSP**, São Paulo, n. 17, p. 21-41, 2005.

LUKÁCS, György. A consciência de classe. In: BERTELLI, Antônio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. Soares; VELHO, Otávio Guilherme C. A. **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-60.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: COUTINHO, Carlos Nelson et al. (Org.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Tiago. **Trabalho e padrão de desenvolvimento: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro**. 2015. 269f. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas-SP, 2015.

PERISSONOTTO, Renato M. O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p. 81-121, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/03.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

SERPA, Angelo. Empreendedorismo popular e ascensão social em diferentes contextos urbano-regionais: uma análise preliminar em dois bairros populares da Bahia. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 34, p. 94-120, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13713/8913>. Acesso em: 21 dez. 2015.

SOROKIN, Pitirim A. O que é uma classe social? In: BERTELLI, Antônio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. Soares; VELHO, Otávio Guilherme C. A. **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 84-93.

SOUZA, Jessé. Introdução. In: SOUZA, Jessé (Coord.). **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. (Humanitas). Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Ralés, batalhadores e uma nova classe média**. Entrevista especial com Jessé de Souza. São Leopoldo, RS, 02 fev. 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/40345-rale-batalhadores-e-uma-nova-classe-media-entrevista-especial-com-jesse-de-souza>. Acesso em: 10 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012. (Coleção Humanitas).

\_\_\_\_\_. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: UNESP, 2013.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação social e estrutura de classe. In: BERTELLI, Antônio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. Soares; VELHO, Otávio Guilherme C. A. **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 133-170.

Recebido em: 27/01/2021

Aceito em: 02/03/2021